

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1339129 - PR  
(2018/0200775-8)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**EMBARGANTE : FLORENÇA VEÍCULOS S/A**  
**ADVOGADOS : FÁBIO TEIXEIRA OZI - SP172594**  
**RODRIGO SILVEIRA QUEIROZ - PR041580**  
**JACKELINE COUTO CANHEDO E OUTRO(S) -**  
**DF033135**  
**MARICI GIANNICO E OUTRO(S) - DF030983**  
**LIGIA LIMA GODOY - SP308955**  
**DANIELA CUTRALE E OUTRO(S) - SP356909**  
**EMBARGADO : JULIANE RIBAS HORTMANN**  
**ADVOGADO : ALESSANDRO RAVAZZANI E OUTRO(S) -**  
**PR029209**

### **EMENTA**

*EMBARGO DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AUSÊNCIA DE REGULARIDADE NA CADEIA DE REPRESENTAÇÃO.*

- 1. O advogado que assina as petições de interposição do recurso especial e do agravo em recurso especial recebera poderes de outro causídico que não os possuía, deixando as partes de regularizarem a incompletude da cadeia de procurações, mesmo intimadas para tanto.*
- 2. É absolutamente irrelevante o fato de se ter grafado nas petições o nome de outro advogado sem que este tenha apostado a sua assinatura.*
- 3. Equivocada menção no acórdão embargado à existência de "assinatura eletrônica". Petições protocoladas de forma física e assinadas manualmente por advogado que não comprovara representar a parte recorrente. A correção dessa errônea em nada altera o resultado do julgamento.*
- 4. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS, SEM QUAISQUER EFEITOS INFRINGENTES.*

### **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, acolher parcialmente os embargos de declaração, sem efeitos modificativos, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrichi, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino  
Relator